



Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA
Conselho Universitário
Secretaria dos Conselhos Superiores

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA		Nº	09/2019/CONSUN	
Fonte Normativa	Data	Sala	H. Início	H. Término
Reg. Interno do CONSUN de 05/03/2009 (Arts. 8º e 16)	10/10/2019	501	14:00	16:10
Ordem do Dia	De acordo com a carta convocatória de 07/10/2019.			
identificação de presenças/exposição dos temas de pauta/ deliberações				

1 Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, na Sala dos
2 Conselhos Superiores, 5º andar do prédio nº 1 da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto
3 Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário, com
4 a presença da Reitora, Lucia Campos Pellanda, presidindo esta sessão; da Vice-Reitora, Jenifer Saffi,
5 e da Secretária dos Conselhos Superiores, Miriam Bortolaci, compondo a mesa; dos senhores
6 conselheiros docentes, técnico-administrativos e discentes titulares ou suplentes: Márcia Rosa da
7 Costa, Márcia Giovenardi, Débora Fernandes Coelho, Tiago Pitrez Falcão, Alessandra Dahmer,
8 Fernando Ricardo Gavron, Helena Schirmer, Juliana Trevisan da Rocha, Ana Amélia Antunes Lima,
9 Cabral Pavei, Marcelo Menna Barreto Schwancke, Adriana Maisonnave Raffone, Fabiana de Oliveira,
10 Luana Duarte Teles, Raphael Maciel da Silva Caballero, Adriana Seixas, Margaret Weibenbach
11 Gerbase, Daniela Cardoso Tietzmann, Luciana Suarez Grzybowski, Marla Nasciso Godoi Biajoli, Sheila
12 Bünecker Lecke, Elizandra Braganhol, Graciele Fernanda da Costa Linch, Cláudia de Souza Libânio,
13 Catarina Bertaso Andreiatta Gottschall, Gisele Branchini, Daniela Centenaro Levandowsky, Alberto
14 Antônio Rasia Filho, Luciano Costa Blomberg, Paulo Ricardo Gazzola Zen, Ana Boff de Godoy, Ana
15 Paula Scheffer Schell da Silva, Eliane Dallegrove, Caren Luciane Bernardi, Letícia Pacheco Ribas, Liliâne
16 Diefenthaler Herter, Liane Nanci Rotta, Cristiane Oliveira Rodrigues, Josenel Maria Barcelos Marçal,
17 Francisco Scornavacca, Clarissa de Antoni, Mônica Maria Celestina de Oliveira, Andreia Carolina
18 Duarte Duprat, Magno Carvalho de Oliveira, Isabela Beraldi Esperandio, Priscila de Souza Nogueira,
19 Vinicius Lunkes Cezar, Michel Pereira de Oliveira, Evandro de Assunção dos Santos, Michele Silveira
20 da Silva, Amanda da Silva, Luís Felipe dos Santos de Castro, Patrick Marcondes Leão de Souza, Zilena
21 Casale Tomazeli, Letícia Birk, Carolina Augusta Silva dos Santos e Marcelo Garrido dos Santos.
22 Ausência justificada: Pedro Roosevelt Torres Romão. Ausência comunicada: Marina Camassola
23 Vacchi. Não compareceram os seguintes membros titulares ou seus respectivos suplentes: Cheila
24 Minéia Daniel de Paula, Aline de Souza Pagnussat, Simone Travi Canabarro, Cristiane Valle Tovo,
25 Sérgio Luís Amantéa, Ricardo Mörschbacher, Marina Helena Dias da Costa, Bárbara Cristina de
26 Azevedo Lima e Eduardo José Centeno de Castro. Convidados com direito a voz, sem direito a voto:
27 Ana Cláudia Souza Vazquez e Cláudio Moacir Marques Corrêa. Ordem do dia: **1. Aprovação da ata**
28 **da sessão ordinária de 05/09/2019.** A Profa. Ana Amélia Lima justificou sua falta; o Prof. Luciano
29 Blomberg solicitou revisão das suas falas nas linhas 82-85, 643-648, e 800-801, as quais foram
30 providenciadas; a técnica Andréia Duprat solicitou revisão da sua fala nas linhas 151-153, que foi
31 providenciada, e a exclusão da expressão “adequações de redação” na linha 266. Entretanto, a
32 expressão foi mantida porque foram efetuadas as adequações de redação para melhorar a clareza
33 do texto, conforme as sugestões dos conselheiros no decorrer da discussão (linhas 98-99, 123, 173-
34 178, 183-184, 187-188, 226-227 e 233-234). Sem outras manifestações prévias ou expressas nesta
35 sessão, a ata foi aprovada. **2. Aprovação do Regulamento do PPG-CR.** Processo nº

36 23103.002627/2019-51, com parecer favorável da Câmara de Legislação e Normas – CLN. A senhora
37 Presidente efetuou a leitura do parecer da CLN, previamente enviado aos conselheiros. A Profa.
38 Sheila Lecke observou que o documento não estaria alinhado ao Manual de Padronização de
39 Documentos Institucionais. A senhora Presidente informou que a Secretária dos Conselhos
40 Superiores fará as adequações formais quando expedida a resolução. O Prof. Luciano Blomberg
41 informou que no Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas houve um questionamento
42 acerca do art. 34, inciso VIII, do documento proposto, quanto a legalidade desse inciso, que dispõe
43 “apresentar comprovação de pelo menos um trabalho de tese aceito ou publicado em revista
44 indexada” para a obtenção do título. A Profa. Jenifer Saffi informou que a minuta foi submetida a
45 outras análises e a questão da legalidade não foi mencionada. O Prof. Luciano Blomberg esclareceu
46 que a colega que questionou teve algum problema no (programa) Ciências da Saúde. A Profa. Jenifer
47 Saffi destacou que esse assunto já estaria solucionado. Que foram dadas as respectivas devolutivas,
48 e que, segundo lhe constava, estaria resolvido. Sem outras manifestações a proposta foi votada e
49 aprovada por unanimidade. **Resolução nº 24/2019/CONSUN. 3. Apresentação em plenária do**
50 **panorama das normativas na área de gestão com pessoas.** A senhora Presidente passou a palavra à
51 Profa. Ana Vazquez para a apresentação do tema. Na sequência, a Profa. Ana Vazquez destacou que
52 se trataria de apresentação informativa e importante para a Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas,
53 pois decorrente de várias análises e planejamentos sobre temas pensados em função das demandas
54 recebidas. Destacou que um ponto importante de análise foi sobre a quantidade de normativas que
55 têm sido recebidas do Governo Federal, com volume acentuado a partir de meados de 2018; novos
56 Decretos a partir de 2019, cuja maioria trata de temas relacionados à área de Gestão com foco nas
57 pessoas. Ressaltou que o panorama traz informações sobre os acontecimentos desta área.
58 Apresentou o histórico, informando que a PROGESP foi criada em abril de 2018, conta com doze
59 servidores, sendo uma servidora em exercício provisório, três bolsistas técnicos, dois estagiários e
60 um terceirizado. Ressaltou que o trabalho da equipe é feito em rede, com força-tarefa, priorização
61 de processos, para, com essa equipe, dar conta dos desafios. Demonstrou o mapeamento da
62 legislação federal que impacta na área e mostrou exemplo. Destacou que seria importante investir
63 em planejamento estratégico; que o Governo tem feito um forte movimento em relação ao
64 dimensionamento da força de trabalho; que objetivam melhoria dos processos e a diminuição de
65 riscos e equívocos em contratações que não deveriam ser feitas em se tratando da força de trabalho.
66 Destacou que o Governo possui uma fórmula e que o sistema está pronto; que o dimensionamento
67 está sendo pouco discutido, mas foi apresentado. Salientou que o Governo apontou a baixa
68 capacidade de gestão com pessoas nas IFES de modo geral. A seguir, demonstrou parcela da
69 legislação na área que tem sido recebida desde 2018. Salientou que o foco da apresentação trata de
70 reflexão sobre quais são as ações governamentais que propõem governança pública em relação à
71 gestão com pessoas; quais são as regulamentações recentes que afetam diretamente a Instituição,
72 e, trazendo para o escopo da PROGESP, pensar como está a legislação de pessoal e que trabalho
73 poderia ser feito em relação às normativas internas. Iniciando pelas ações governamentais, citou o
74 documento *Raio X das Instituições Públicas Federais*, que se baseia nos sistemas de dados
75 estruturantes na área de pessoas. O Ministério da Economia criou indicadores sobre *absenteísmo*,
76 que considera ausentes todos aqueles que não estiverem presentes no local de trabalho
77 (afastamento, por exemplo). Salientou que o Governo faz o tratamento das informações de forma
78 generalizada, quando as IFES teriam especificidades em relação a esses parâmetros e que esse
79 posicionamento tem sido defendido pelas IFES. Outros indicadores são a *carreira, aposentadoria* e
80 *cargos e funções*. Foram solicitados esclarecimentos sobre esses indicadores para o Ministério da
81 Economia; foi entregue relatório para o Tribunal de Contas da União; em 25 de outubro terá início
82 um programa de capacitação em preparação para a aposentadoria; o sistema de assentamento
83 funcional digital foi concluído, com a digitalização de 100% das pastas funcionais. A PROGESP fez um
84 mapa de riscos para definição das frentes de trabalho: alimentação dos sistemas estruturantes
85 (SIAPE, SIAPE net, e-Pessoal, SIGEPE); prestação de informações para os órgãos de controle; subsídios
86 para ações judiciais (em geral, contra o Governo Federal). Como premissas, destacou o

87 dimensionamento da força de trabalho; processos em relação ao tempo, complexidade e respectivos
88 produtos. Apresentou a tabela de riscos com probabilidade de ocorrência *versus* impacto,
89 classificados em mínimo, médio e máximo (processos de alta complexidade, potencial de
90 judicialização, risco de improbidade administrativa, potencial de diligência dos órgãos de controle).
91 Com relação aos processos de pessoal, a maioria já foi incluída no SEI. A seguir, apresentou as
92 estatísticas de trabalho dos servidores da área; ratificou a importância de inserção de dados nos
93 processos de forma cuidadosa; e demonstrou o tempo de entrega dos diferentes tipos de processos
94 pelas áreas da PROGESP. Com relação ao dimensionamento da força de trabalho, destacou que será
95 importante para a definição de vagas, assim como a gestão por competências. Na sequência, abordou
96 os temas fixados pelas INs 01 e 02/2018 em relação à implantação do ponto eletrônico e de novas
97 formas de trabalho (trabalho remoto, banco de horas), que também estão vinculados ao
98 dimensionamento da força de trabalho. A PROGESP definiu suas ações em relação aos pontos
99 estratégicos da Gestão (PDI, gestão por competências, desenvolvimento de pessoas, saúde e bem
100 estar). Apresentou as definições aplicáveis a cada um dos temas. Com relação às novas
101 regulamentações, com impacto direto, citou a EC 95 e a Lei de responsabilidade fiscal. Esclareceu os
102 principais temas regulamentados que estão em estudo: governança pública, critérios para concursos
103 e provimentos, programa de gestão e controle eletrônico de frequência, SIOrg e novas regras para
104 concursos, limites para provimentos de cargos, regras para nomeação de CDs e FGs e, especialmente,
105 a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, cujos principais impactos são relacionados às
106 diretrizes, aplicação imediata e estabelecimento de processo seletivo para afastamentos. Informou
107 que a PROGESP encaminhou o pedido de levantamento de necessidades junto aos departamentos e
108 tem prazo final para implantação do sistema em 15 de outubro e que o SIPEC está elaborando Nota
109 Técnica para esclarecer os procedimentos, embora os prazos estejam fixados no Regulamento.
110 Destacou os Decretos que regulamentam dispositivos da Lei nº 8.112/1990, esclarecendo alguns
111 aspectos, e que o diagnóstico de competências é essencial. Esclareceu todos os aspectos envolvidos.
112 Em relação aos afastamentos, destacou que para mestrado e doutorado será necessário processo
113 seletivo. A seguir, comentou as competências já mapeadas e discorreu sobre as comemorações ao
114 Dia do Servidor, cujo tema é “sonho”. Sobre as normativas internas, informou que foi feita análise
115 técnica e foram mapeadas vinte e uma resoluções dos Conselhos Superiores, tratando sobre normas,
116 prazos, alterações de artigos, fluxos e processos; e, como estratégia, foi definida a consolidação das
117 normas, mediante reflexão conjunta com as comissões envolvidas, de forma a atender as
118 necessidades institucionais. Esclareceu a forma de implantação e exemplificou. Finalizando, informou
119 que o cenário é indicativo de mudanças na área de gestão com pessoas; exigências legais que estão
120 intensificando o ritmo de trabalho da área; desafios de carreira, de afastamentos e de benefícios. A
121 senhora Presidente salientou a necessidade de adaptação às mudanças que têm ocorrido; que
122 dependem de interpretação; que, em sua maioria, os Decretos visam a Administração Pública como
123 um todo, sem considerar as especificidades das IFES; que as divergências têm sido submetidas à
124 Procuradoria. Ressaltou as exigências para os concursos, que se não forem atendidas submetem a
125 Universidade ao risco de ficar sem reposição de vagas. Prestou agradecimentos à equipe da PROGESP
126 e do DAP, pois estão muito sobrecarregados e têm sido dedicados. A Profa. Ana de Godoy informou
127 que não recebeu o e-mail acerca das necessidades. A técnica Priscila Nogueira esclareceu que a
128 mensagem foi enviada na última quinta-feira e que será reenviada para todos, com breve
129 prorrogação do prazo. Esclareceu que não é necessário detalhar o evento, mas sim, a necessidade de
130 ser atendida. A Profa. Ana Vazquez destacou que o sistema será abastecido com ações de
131 desenvolvimento em ensino, pesquisa e extensão. A senhora Presidente resumiu informando que o
132 Governo solicitou o planejamento de um ano sobre todas as capacitações pretendidas. Que qualquer
133 curso de capacitação ou pós-graduação no exterior precisa ser previsto com um ano de antecedência.
134 O planejamento está ocorrendo também em outras áreas, como compras. A Profa. Daniela Tietzmann
135 informou que receberam da sua chefia de departamento mensagem solicitando o planejamento, mas
136 que não havia ficado claro o que deveria constar, pois entenderam que se tratava de material de sala
137 de aula. Contudo, é mais abrangente, pois inclui previsão sobre afastamento dos docentes.

138 Questionou se deveriam ser incluídas as jornadas acadêmicas. A senhora Presidente esclareceu que
139 se tratam de coisas diferentes: plano de capacitação e previsão de compra de insumos. A Profa.
140 Alessandra Dahmer esclareceu que reagentes e materiais de laboratório já foram estimados pela
141 gerência de Laboratório. A Profa. Ana Vazquez esclareceu que, sobre capacitação, a maior
142 preocupação se refere a previsão de realização de pós-doutorado, mestrado e doutorado, mesmo
143 que com datas estimativas. Ressaltou que as listas solicitadas têm forma e prazos preestabelecidos
144 (em andamento, as requisições da PROAD, PROGRAD e PROGESP). Destacou que, para finalização no
145 sistema, os eventos precisam ser comprovados mediante relatório. A senhora Presidente esclareceu
146 que a previsão precisa ser equilibrada. A técnica Andreia Duprat questionou sobre os afastamentos
147 para eventos. A técnica Priscila Nogueira esclareceu que as dúvidas sobre a abrangência já foram
148 encaminhadas ao SIPEC. Solicitou que as chefias encaminhem as mensagens para o e-mail “capacita”,
149 para que posteriormente possam trabalhar na revisão, que será enviada ao SIPEC após aprovação da
150 Reitora. Esclarecendo dúvida da Profa. Mônica de Oliveira, a senhora Presidente informou que a
151 previsão dos departamentos é sucinta sobre o afastamento de servidores: motivo, área envolvida
152 (ensino, pesquisa ou extensão) e período. A técnica Andreia Duprat questionou se a previsão de
153 compras seria baseada no registro de preços e o técnico Tiago Falcão prestou esclarecimento. A
154 técnica Isabela Esperandio questionou como seria feita a previsão de afastamento de técnicos.
155 Priscila Nogueira informou que o levantamento foi solicitado aos chefes de departamentos
156 administrativos. A Profa. Sheila Lecke indagou sobre os afastamentos para os quais não há previsão
157 (licença adoção, saúde, gestante). A senhora Presidente esclareceu que a previsão se refere somente
158 aos afastamentos para capacitação e desenvolvimento. Que os afastamentos citados pela Profa.
159 Sheila Lecke impactam no banco de professores equivalentes, mas não em relação ao plano de
160 capacitação. Informou que na próxima semana a Profa. Ana Vazquez participará de reunião com o
161 MEC para tratar a questão do banco de professores equivalentes. Finalizando, informou que
162 posteriormente seria enviado aos conselheiros um resumo sobre os Decretos comentados pela
163 PROGESP; que a situação estaria bastante instável porque após expedido um Decreto há uma reação
164 e posterior modificação; e que seria preocupante a questão das aposentadorias com plano de não
165 reposição das vagas, para fins de redução da força de trabalho. A seguir, solicitou ao Auditor Cláudio
166 Correa que comentasse sobre os impactos das Instruções Normativas nºs 01 e 02. Ele informou que
167 tais temas geram desconforto entre os servidores em relação ao controle de frequência e outras
168 questões. Sobre o controle de frequência, informou que não se aplica aos docentes, somente aos
169 técnicos. Fez um levantamento com seus colegas Auditores sobre a aplicação em outras IFES e
170 recebeu retorno de quatorze instituições que utilizam o controle eletrônico de frequência junto aos
171 seus servidores. Todos informaram que, passado o desconforto inicial, ao longo do tempo
172 entenderam melhor e acharam bons. Da mesma forma, informou que a CGU aplica o sistema há dois
173 anos, junto com a gestão por demandas, o que trouxe uma qualidade de vida muito boa para os
174 servidores que têm condições de fazer *home office* e que o próprio controle eletrônico de frequência
175 possibilitou flexibilização no cumprimento da jornada de trabalho. Destacou que, na época, foi
176 responsável pela implantação, como Superintendente do órgão, esclarecendo casos de servidores
177 que não cumpriam a carga horária e outros que tinham redução formal de carga horária com
178 proporcional redução de rendimentos. Não entendeu justo que aqueles que fizeram a redução formal
179 recebessem menos do que aqueles que não tinham redução formal. Foi estabelecido um horário de
180 início e de final da jornada e o servidor deveria cumprir sua carga horária dentro desses limites, com
181 no mínimo uma hora e no máximo três horas de intervalo de almoço. Dessa forma, a flexibilização
182 atendeu diferentes interesses daqueles que queriam começar mais cedo ou mais tarde. A
183 flexibilização se estendeu à necessidade de saídas para consultas médicas, tratamentos, fisioterapia.
184 Como órgão de controle, precisavam demonstrar o compromisso com a legalidade. Somando-se a
185 isso, houve o programa de gestão de demandas, relativo à possibilidade de muitas tarefas serem
186 realizadas em casa. A dificuldade inicial foi de parametrizar todas as atividades no âmbito da CGU-RS
187 e dimensionar o tempo de realização de cada uma dessas atividades. A partir da experiência,
188 experimentos e análises, os fatores foram conhecidos e foi estimado o percentual de tempo a ser

189 dispendido nas atividades. A partir disso, o programa de gestão de demandas teve o funcionamento
190 estabelecido da seguinte forma: o servidor propunha ao chefe realizar determinada atividade em
191 casa; faziam análise da tarefa em conjunto e, utilizando parâmetros, o servidor teria que realizar a
192 tarefa em casa em tempo menor do que o faria no órgão. Resultou em ganho de qualidade de vida
193 para os servidores. Para tanto, a maioria das atividades do órgão foram sistematizadas e
194 informatizadas. Informou que o programa, bem-sucedido, foi premiado em função do crescimento
195 da produtividade e aceitabilidade por parte dos servidores. Opinou que o programa precisa ser
196 implementado, em decorrência da Instrução Normativa publicada em 2018. Acredita que o programa
197 possa ser implementado sem problemas. No caso da CGU, ocorreu também a flexibilização do banco
198 de horas. A senhora Presidente informou que, na UFCSPA, o Grupo de Trabalho está avaliando as
199 Instruções Normativas e que solicitou apoio à Miriam Bortolaci na revisão das normativas para
200 trabalho remoto; que embora não seja possível para todos, como por exemplo nas atividades de
201 laboratório, poderá ser interessante para o pessoal administrativo, considerando-se o pouco espaço
202 físico existente e a qualidade de vida. Após análise das normativas e expedição do relatório do GT,
203 embora a Instrução Normativa determine a implantação, o tema será debatido com os servidores.
204 Preocupa-se que, se não for feito voluntariamente, o seja imposto de forma menos flexível. O Auditor
205 Cláudio Correa entende que existe flexibilidade para que a Instituição possa fazer a gestão de
206 questões pontuais; que várias atividades institucionais são efetivamente presenciais. A técnica
207 Andreia Duprat, como representante sindical, informou que estão acompanhando o caso da UFRGS
208 na implantação de ponto eletrônico e que está sendo um processo bastante sofrido, difícil, e que a
209 maioria dos técnicos administrativos daquela instituição não gosta do ponto eletrônico, mesmo que
210 tenham ocorrido várias negociações durante o processo, pois o sindicato conseguiu negociar com a
211 reitoria algumas questões coletivas. Opinou que a Instrução Normativa tem questões restritivas e se
212 constitui em uma grande preocupação. Convidou todos que tenham interesse na questão a procurar
213 o parecer jurídico da assessoria da Fasubra Sindical, federação dos técnicos, que colocará pontos
214 interessantes e polêmicos dessa Instrução Normativa. Informou que essa foi uma das razões que a
215 fizeram sair da Comissão de avaliação, porque acompanhando o processo da UFRGS não teria como
216 não rechaçar a proposta. O Prof. Luciano Blomberg parabenizou a Profa. Ana Vazquez e sua equipe
217 pela apresentação. Citando o relato do Auditor Cláudio Correa sobre flexibilidade, informou que
218 gostaria de entender se a dinâmica de flexibilidade funciona, se a proposta de *home office* implantada
219 na CGU poderia se estender ao trabalho que é trazido para a Universidade, fora dos momentos de
220 expediente de trabalho, como, por exemplo, sábados e domingos. Se seria possível ser flexível nesse
221 ponto, no sentido de facilitar o acesso à comunidade acadêmica: professores, principalmente, que
222 exercem atividade de preparação de aulas, execução de experimentos. Se isso poderia ser
223 flexibilizado de uma maneira mais simples e menos burocrática, sem o professor ter que emitir
224 solicitação para justificar por que vem à Universidade em um final de semana ou em um feriado
225 fazer um trabalho. Que esse processo seja mais simples para o professor. Informou que tem um
226 processo aberto pelo DECESA que trata sobre esse assunto. A senhora Presidente informou que
227 estaria sendo confundido o tema com a pauta; que a flexibilização do trabalho do docente é bem
228 diferente; que a pauta seria sobre o trabalho técnico; que o docente tem uma flexibilidade bem
229 maior. Questionou se o professor estaria se referindo ao processo em relação ao estacionamento,
230 que não seria objeto de pauta. Informou que o professor poderia trabalhar quando quiser; que
231 existem limites e recomendações. O Prof. Luciano Blomberg informou estar falando sobre
232 flexibilidade de trabalho docente. A senhora Presidente informou não ter conhecimento sobre
233 processo aberto sobre esse tema. Questionou se a Profa. Marcia Giovenardi teria algo a comentar. O
234 Prof. Luciano Blomberg disse à senhora Presidente que ela teria arranjado uma forma de o silenciar.
235 A senhora Presidente indagou se teria um processo sobre a flexibilização da jornada de trabalho do
236 professor. O Prof. Luciano Blomberg ressaltou que o professor vem a Universidade para exercer seu
237 trabalho; que obviamente precisa ter acesso à Universidade. A Profa. Marcia Giovenardi informou
238 que aqueles que trabalham em pesquisa vêm eventualmente para os laboratórios de pesquisa no
239 final de semana. Comentando sua experiência, informou que os experimentos são programados, para

240 que se tenha ideia dos finais de semana necessários; seria enviado e-mail para a Prefeitura com os
241 nomes dos docentes ou alunos, quando for o caso, para autorização, informando que viria no sábado
242 e no domingo e com a placa do carro. Organizando a pauta, a senhora Presidente informou que
243 estaria sendo falado sobre jornada de trabalho; que não haveria impedimento para o professor
244 trabalhar no momento que quisesse; que não seria necessário pedir autorização; que não haveria
245 impedimento para as pessoas que trabalham no Biotério, por exemplo, que precisam vir todos os
246 dias. Que em relação ao ponto, não existe e não se aplica para os docentes; que as colocações feitas
247 pelo Auditor Cláudio Corrêa se referem aos técnicos administrativos; para os quais existe a
248 possibilidade de, ao invés de bater o ponto e permanecer oito horas na instituição, poderiam fazer
249 parte do seu trabalho em casa; o que poderia ajudar muito quem mora na grande Porto Alegre e tem
250 um tempo de deslocamento muito grande. Que a pessoa poderia ficar em casa e realizar a tarefa se
251 a Instituição tivesse uma normativa. Ressaltou que o que existe em processo do DECESA seria sobre
252 acesso ao estacionamento sem aviso prévio. Isso não se refere à jornada de trabalho, mas, sim, à
253 segurança. Não existe problema em acessar a Universidade, mas existem restrições de segurança no
254 acesso ao estacionamento aos sábados à tarde e aos domingos. Inclusive, houve ocorrência de uma
255 docente que foi sequestrada em um domingo, pois estava sozinha. Desde aquela época, existem uma
256 série de normativas de segurança. No sábado, a partir das 14h, existe por contrato um quantitativo
257 menor de seguranças. A Prefeitura solicita que seja avisado com antecedência quando o servidor irá
258 comparecer no final de semana. Tendo como exemplo o caso citado pela Profa. Marcia Giovenardi,
259 informou que se o docente já sabe quantas vezes virá aos finais de semana poderá avisar em uma
260 única vez; que o professor está liberado para acessar, mas precisa avisar antes. Relatou que como
261 existe quantidade menor de seguranças, poderia ocorrer de alguém mostrar um crachá qualquer que
262 a pessoa não conseguisse ver, abriria o portão e ingressaria uma pessoa armada. Que por questão de
263 segurança, e em função de o contrato ser reduzido para os finais de semana, se pediria esse cuidado.
264 A senhora Presidente manifestou que não seria uma situação tão complicada prever a vinda e que
265 esse seria o processo que o Departamento pediu, a questão do estacionamento. O Prof. Luciano
266 Blomberg manifestou que talvez o entendimento da Prefeitura e da senhora Presidente, ao
267 responder o processo devolvido na manhã de hoje, não teria ficado claro no sentido de que o docente
268 estaria solicitando acesso ao estacionamento da Universidade para trabalhar. Tanto que a resposta
269 que o Departamento recebeu nesse processo seria de que o docente estaria almejando fazer uso
270 particular de espaço público. Que ao ser tratado o ponto sobre gestão com pessoas e flexibilidade de
271 trabalho, fez uma analogia em relação à demanda do seu Departamento; que solicitou a inclusão do
272 assunto como ponto de pauta e não foi atendido. A senhora Presidente informou que a competência
273 é da PROAD e solicitou a finalização. Continuando, o Prof. Luciano Blomberg manifestou seu
274 desacordo e que o Departamento lamentou o posicionamento da Universidade. Entendem que, em
275 termos de relações e condições de trabalho, os docentes devem ter livre acesso à Universidade.
276 Questionou se os docentes que se apresentassem nos finais de semana e feriados para trabalhar,
277 sem aviso prévio, seriam barrados na porta da Universidade. A senhora Presidente ressaltou que
278 existiram problemas de comunicação nesse caso. Informando aos conselheiros, disse que o DECESA
279 entrou com pedido para estacionamento nos finais de semana sem aviso prévio; que isso já está
280 normatizado; que o docente pode vir avisando antes, em função das questões de segurança já
281 comentadas; e quando for urgência se comunicar com o responsável para que seja autorizado o
282 acesso. Citou exemplos e informou que o docente que queira trabalhar não será barrado. Que houve
283 um problema de comunicação nesse processo, porque foi um pedido fora do horário de expediente.
284 Para esclarecer, o docente nunca será barrado para vir trabalhar. Só se pede, por questões de
285 segurança, que avise previamente. Se for uma urgência, seria só se comunicar com o responsável,
286 pois sempre tem alguém de plantão para resolver essas questões na Prefeitura. No entanto, isso
287 implica em risco à segurança do próprio docente, que teria que aguardar o acesso. Ressaltou que no
288 documento legal precisa estar bem clara a solicitação. Por se tratar de um problema administrativo
289 foi considerado que não seria necessário pautar ao CONSUN. Não há como se modificar o contrato
290 de segurança nesse momento. Para entender, questionou o professor sobre o que mais lhe faltaria,

291 o que precisaria mais. Para solicitar o estacionamento, estaria Ok, para acessar em caso de urgência,
292 bastaria se comunicar. O Prof. Luciano Blomberg refletiu que a resposta seria que para acessar seria
293 necessário de alguma forma comunicar e, resumindo, entendeu que se não o fizer o professor será
294 barrado. A senhora Presidente informou que o professor não será barrado, que basta comunicar. O
295 Prof. Luciano Blomberg concluiu que em caso de não comunicação o professor seria barrado. A
296 senhora Presidente comentou que não disse que o docente seria barrado, que bastaria comunicar.
297 Questionou se houve alguma situação com essa ocorrência; se não seria possível comunicar por e-
298 mail antes; citou exemplo. O Prof. Luciano Blomberg considerou que é muita burocracia e que se
299 quer estar entre as universidades grandes, mas que seria um pensamento de universidade pequena.
300 Disse que esse seria o posicionamento do seu departamento; que busca com que o docente tenha
301 melhores condições de trabalho e que possa acessar a Universidade em caso de imprevistos sem
302 maiores burocracias. Considerou que o tempo de análise do processo, que citou uso particular de
303 área pública, também não seria adequado. A senhora Presidente manifestou não estar entendendo
304 qual seria o problema, pois existe uma administração, a Prefeitura, responsável por cuidar do campus
305 e tiveram esse entendimento por uma série de problemas de segurança que acontecem no final de
306 semana. Informou que a região é bastante complicada no final de semana e podem acontecer, como
307 já ocorrido, tentativas de invasão. Exemplificou que alguém pode chegar com um carro, mostrar um
308 crachá, o portão ser aberto e a pessoa ter uma arma. Por questão de segurança, já que o portão
309 precisa ser aberto para a verificação de que o professor tem ou não a identificação, a Prefeitura pede
310 que se mande a placa e o modelo do carro, mas não há restrição de acesso, é só avisar. Sabe ser
311 burocrático, mas se trata da segurança para todos: para quem fica na Universidade, para as pessoas
312 que já estão trabalhando, e porque se tem um efetivo de segurança menor no final de semana. A
313 Profa. Fabiana de Oliveira relatou que esteve na Universidade no último domingo, não sabia que seria
314 necessário avisar; que o funcionário da portaria lhe questionou se tinha autorização, lhe respondeu
315 que não; ele solicitou sua identificação, entrou em contato com alguém, lhe questionou sobre a posse
316 da chave da sala e lhe deu acesso sem nenhum problema. A Profa. Daniela Tietzmann relatou situação
317 semelhante, quando esteve na Universidade sem comunicação prévia. Mostrou seu crachá e
318 documento de identificação, informou local de destino (prédio e sala), lhe fizeram as mesmas
319 questões sobre a posse de chave, lhe foi liberado o acesso; preencheu e assinou um formulário de
320 controle na recepção do prédio de destino. A senhora Presidente salientou que em geral não existe
321 nenhum problema. Existe limitação em função do contrato terceirizado, que estabelece condições,
322 pois são responsáveis pelo que acontecer. Se o servidor não enviar o e-mail antes precisará prestar
323 esses dados e informações ao segurança. O técnico Tiago Falcão destacou que os dois depoimentos
324 foram elucidativos, pois a exceção está prevista, mas não pode se tornar a regra onde todas as
325 pessoas vão simplesmente acessar a Universidade fora do horário de expediente, em domingos e
326 feriados, sem comunicar, sem aviso prévio, pois se perde a razão de ter segurança, cuja função é de
327 proteger o patrimônio. A senhora Presidente complementou informando que existe uma série de
328 multas no contrato. Tiago Falcão informou que, neste ano, ocorreu furto na Universidade dentro do
329 horário de expediente e a empresa foi obrigada a ressarcir. O discente Luís de Castro relatou que os
330 discentes também passam por essa burocracia que considera importante aos sábados e domingos.
331 Relatou que já esteve em um sábado, para fazer experimentos, e precisou assinar a lista para acessar
332 a chave do laboratório de uso comum, que possui equipamentos muito caros. Opinou que é preciso
333 ter controle de quem vai acessar aos sábados, se a pessoa está liberada, se tem capacitação. Informou
334 que, no caso, recebeu a chave, se dirigiu ao laboratório. A segurança foi atrás e informou que não
335 poderia ter-lhe liberado a chave no sábado. Explicou-lhe a situação de estar sujeita à sanção por ter-
336 lhe entregue a chave. Telefonou para a responsável pelo laboratório e ficou tudo esclarecido. Embora
337 seja burocrático, opinou que tem que ser diferente aos finais de semana. O técnico Michel de Oliveira
338 discordou da expressão “burocracia”. Informou ao Prof. Luciano Blomberg que se trata de norma;
339 que assim como existe a norma acadêmica, que os alunos precisam cumprir para com a atividade do
340 professor, os servidores precisam observar essa norma, que foi criada por um conjunto de servidores
341 que estudou a situação especificamente. Opinou que se a norma existe todos precisam cumprir. Não

342 considera que seja burocracia, mas, sim, o cuidado com as pessoas e o patrimônio da Universidade,
343 o que não é exagerado. Ressaltou que a norma para acesso à Universidade existe; que não ocorre
344 pelo contrato. Que o contrato de segurança foi esclarecido pela senhora Presidente em função do
345 despacho que foi dado ao processo do Prof. Luciano Blomberg. Informou não conhecer o processo e
346 a demanda, e que se baseou na fala do professor, que lhe pareceu ser no sentido de acessar a
347 Universidade sem se identificar. O Prof. Luciano Blomberg discordou. Manifestou que seria mediante
348 identificação funcional na entrada. O técnico Michel de Oliveira considerou que então não existiria
349 a demanda; que a regra é de que se avise antes e que, se assim não for, a exceção está prevista. A
350 senhora Presidente retomou a palavra, manifestou que o ponto, embora não constante da pauta, foi
351 esclarecido. O Prof. Luciano Blomberg solicitou registro de que pediu inclusão do ponto de pauta e
352 que lhe foi negado. A senhora Presidente informou que foi negada a inclusão de pauta porque não
353 seria pauta para o CONSUN, trata-se de norma que já existe, de um contrato administrativo, um
354 assunto que diz respeito à Pró-Reitoria de Administração. Questionou se o professor queria mudar o
355 contrato. O Prof. Luciano Blomberg citou termo aditivo. Manifestou que o CONSUN é o local para
356 orientação sobre normas. A senhora Presidente informou que existe regra para inclusão na pauta.
357 Que acreditaram que não seria pauta para o Conselho nesse momento. Reforçou que o pedido não
358 foi negado; que em momento algum houve negativa de acesso ao estacionamento nos dias
359 pretendidos, sendo apenas exigida a prévia comunicação à Prefeitura do campus para que seja feita
360 reserva de vaga e consequente autorização do acesso. Que essa exigência é uma medida de controle
361 da segurança, premissas que jamais podem ser abandonadas quando estamos no trato da coisa
362 pública. Considerando a alteração citada pelo Prof. Luciano Blomberg, confirmou com Tiago Falcão e
363 informou que ao custo do contrato seria acrescido de R\$ 420 mil, para se ter segurança no final de
364 semana igual ao que se tem durante a semana. Que não teria sentido em se ter uma segurança a
365 mais em troca de uma regra que tem sido cumprida sem maiores problemas. Encerrando o ponto de
366 pauta de apresentação de normativas na área de gestão com pessoas, passou ao seguinte. **4.**
367 **Assuntos gerais. 4.1** A Profa. Clarissa de Antoni parabenizou os Cursos de Gastronomia e de
368 Psicologia, ambos com Enade nota 5, classificados dentre os melhores no Brasil. Parabenizou a todos
369 os envolvidos e em especial aos professores do Curso de Psicologia que fazem um grande esforço em
370 ministrar aulas à noite. A senhora Presidente salientou que esse é o resultado da dedicação e do
371 trabalho bem feito pelos envolvidos. Que ambos os cursos, Gastronomia e Psicologia, são os
372 melhores do Brasil, motivo de orgulho em um momento difícil. Agradeceu aos envolvidos. Na
373 sequência, informou que o Congresso da UFCSPA foi um sucesso; agradeceu a todos que se
374 envolveram; manifestou que foi um momento especial de elevação da autoestima como
375 Universidade que faz ensino, pesquisa e extensão. **4.2** A Profa. Ana Vazquez convidou a todos para
376 as atividades comemorativas ao Dia do Servidor, com *talk show* no dia 25 de outubro sobre
377 aposentadorias, diversas oficinas, música e homenagens. Ressaltou que o tema das comemorações
378 é “sonho” e agradeceu ao Curso de Gastronomia pelo apoio que tem sido prestado aos eventos. **4.3**
379 A Profa. Alessandra Dahmer retomou deliberação do CONSUN sobre devolução/doação dos terrenos,
380 quando foi pedido que se tentasse uma contrapartida da Polícia Federal. A PROPLAN se reuniu com
381 a Polícia Federal, explicou a solicitação do Conselho, fizeram diversas conversas sobre espaço físico e
382 eles informaram que não possuem áreas sobrando em nenhum dos imóveis da Polícia. Sobre outras
383 possibilidades de contrapartida, a Profa. Alessandra Dahmer lhes sugeriu na área de capacitação e
384 eles concordaram em fazer uma cooperação. Possuem o Núcleo de Combate às Drogas que poderia
385 trabalhar aspectos interessantes para a Universidade; possuem área de Gestão de Riscos e Controles
386 bem forte que poderia fazer cursos para as equipes da UFCSPA sobre gestão de riscos, controles
387 internos e governança. A Profa. Alessandra Dahmer salientou que no ambiente em que as
388 capacitações pagas precisam estar previstas, a perspectiva de cursos e capacitações gratuitos poderia
389 ser interessante. A Polícia Federal apresentará proposta sobre temas interessantes que possam ser
390 alinhados com a Universidade. A técnica Isabela Esperandio sugeriu a inclusão de tema relacionado
391 aos imigrantes, como liberação de vistos, considerando o atendimento dos estudantes estrangeiros,
392 para dirimir dúvidas dos servidores ou dos alunos. **4.4** A Profa. Luana Teles agradeceu as menções

393 sobre o Curso de Gastronomia e convidou em nome do Curso, em conjunto com o NAP e a PROGRAD,
394 para o “pipocasso” de acolhimento aos alunos que ocorrerá na próxima quinta-feira, das 17h às
395 18h30min. **4.5** A discente Letícia Birk, membro da Associação de Pós-graduandos da UFCSPA,
396 convidou para o evento Ciência na Praça a ocorrer no dia 12, sábado, às 14h no chafariz da Redenção.
397 O evento está direcionado aos alunos de pós-graduação para explanarem seus projetos de pesquisa
398 e também ocorrerá uma aula sobre a importância da Universidade pública. Solicitou divulgação nos
399 grupos de pesquisa, convidando à participação dos alunos. A senhora Presidente parabenizou a
400 Associação pela iniciativa. **4.6** A Profa. Débora Fernandes convidou para a Festa do Dia das Crianças
401 no dia 19 de outubro, das 10h às 13h, com diversas oficinas para as famílias. **4.7** A técnica Priscila
402 Nogueira informou que foi enviado um convite aos Coordenadores de cursos e aos Chefes de
403 departamentos sobre curso formação em ética que será iniciado na próxima semana às 14h. O
404 primeiro módulo ocorrerá até o dia 27 de novembro. Reforçou a importância da participação de todos
405 nesse curso de formação obrigatória. A próxima oportunidade ocorrerá a partir do mês de maio.
406 Agradeceu ao Auditor Cláudio Correa e à Comissão de Ética pelo auxílio na construção desta
407 capacitação. **4.8** A Profa. Daniela Levandowski convidou para o 2º Simpósio do PPG Psicologia em
408 Saúde nos dias 24 e 25 de outubro, com temática Metodologia em Pesquisa, com oficinas sobre
409 métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde, e *workshop* por videoconferência com a
410 Unicamp. **4.9** Sem outros assuntos a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença e a
411 participação de todos e encerrou a sessão às dezesseis horas e dez minutos. Para constar, eu, Miriam
412 Bortolaci, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada pelos
413 Conselheiros, será assinada pela senhora Presidente desta sessão e por mim.

LUCIA CAMPOS PELLANDA
Presidente do CONSUN

MIRIAM BORTOLACI
Secretária Executiva